

* continuação



OECI S.A.

CNPJ nº 10.220.039/0001-78

Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 4º Andar
Parte E, Conjunto 44, Edifício B1, Aroeira, Vila Gertrudes
São Paulo/SP, CEP 04794-000

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação, nos quais os itens são remensurados. As operações da Argentina são atualizadas monetariamente e convertidas pelas taxas de câmbio do final do exercício. Os ganhos e as perdas de variação cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica de "Resultado financeiro". As taxas de câmbio utilizadas para as conversões das transações e saldos em outras moedas, das principais sucursais e subsidiárias da Companhia, foram as taxas oficiais, conforme abaixo:

País	Moeda	2023	2022
África do Sul	Rande	0,2627	0,3077
Angola	Dólar Norte-americano	4,8413	5,2177
Argentina	Peso Argentino	0,0060	0,0296
Colômbia	Peso Colombiano	0,0013	0,0011
EUA	Dólar Norte-americano	4,8413	5,2177
Guatemala	Dólar Norte-americano	4,8413	5,2177
Guyana	Dólar Norte-americano	4,8413	5,2177
Luxemburgo	Euro	5,3516	5,5694
México	Peso Mexicano	0,2856	0,2667
República Dominicana	Pesos Dominicanos	0,0837	0,0933
Venezuela	Bolívares Soberano	0,2991	

(c) **Investidas da Companhia:** Os resultados e a posição financeira de todas as investidas da Companhia cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: • Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do encerramento do exercício; • O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior, conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrência; • As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos exercícios; • Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes"; e Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda. **2.3 Reapresentação:** Os valores correspondentes ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e seu saldo inicial, apresentados nestas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (IAS 8 *Accounting policies, changes in accounting estimates and errors*), visando refletir adequadamente a comparabilidade dos saldos: **Balanço Patrimonial:** Não ocorreu efeito de reapresentação no Balanço Patrimonial. **Demonstração do Resultado do Exercício:** • Reclassificação dos montantes de cada rubrica do Resultado do Exercício de Operações Continuadas para Operações Descontinuadas das controladas e coligadas da Companhia nas geografias definidas pela Administração como não operacionais, sendo as principais: Argentina e República Dominicana. (a) **Reconciliação da demonstração do resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2022:**

	Efeitos de reapre-	
	2022 (Originalmente apresentado)	2022 (Reapresentado)
Operações continuadas		
Receita líquida de serviços	396.519	396.519
Custo dos serviços prestados	(481.020)	(481.020)
Prejuízo bruto	(84.501)	(84.501)
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(1.731)	(1.731)
Outras receita (despesas), líquidas	(968)	(968)
Resultado das participações societárias		
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(2.279)	(2.279)
Equivalência patrimonial	(188.274)	140.003 (71.669)
Outros resultados de participações	(234)	(234)
Prejuízo operacional	(277.987)	(161.382)
Resultado financeiro		
Resultado financeiro, líquido	(104.600)	(104.600)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(382.587)	(265.982)
Imposto de renda	20.254	20.254
Contribuição social	7.291	7.291
Prejuízo das operações continuadas do exercício	(355.042)	(238.437)
Operações descontinuadas		
Prejuízo das operações descontinuadas do exercício	5.148 (140.003)	(111.457)
Prejuízo do exercício	(349.894)	(349.894)
Prejuízo básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	(0,034)	(0,034)

2.4 Contabilidade em Economia Hiperinflacionária: As normas brasileiras de contabilidade (CPC 42/IAS 29) - "Contabilidade em Economia Hiperinflacionária", requerem a preparação de demonstrações financeiras atualizadas por índices de inflação em economias consideradas hiperinflacionárias, o que ocorre com os ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado das entidades da Companhia na Argentina. As demonstrações financeiras foram atualizadas em conformidade com o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina ("INDEC"). **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.6 Contas a receber de clientes:** Os saldos de contas a receber de clientes estão apresentados conforme os valores de realização. Estão também incluídos nos saldos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzido de perda estimada para créditos de realização duvidosa (*impairment*). Na prática, são reconhecidas na medida em que a contraprestação que é incondicional por devida pelo cliente que resulta em valores faturados, ajustados pela perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentados no ativo não circulante. Adicionalmente, a Companhia também avalia a expectativa de realização dos créditos, com base nas perdas esperadas conforme detalhado na Nota 2.7, redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (*impairment*). **2.7 Ativos financeiros:** (a) **Reconhecimento, classificação e mensuração:** A classificação dos ativos financeiros pode ocorrer nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A Companhia avalia não haver ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: (i) Custo amortizado: tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria

imaterial. (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Os ativos financeiros da Companhia e suas respectivas classificações são demonstradas na nota 5. (b) **Baixa (desreconhecimento) dos ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. (c) **Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (*impairment*):** Conforme CPC 48 (IFRS 9) a Companhia reconhece uma perda de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas esperadas são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Para contas a receber, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas. Portanto, a Companhia estabelece uma matriz de provisões baseada na avaliação de risco geográfico, que condiz com sua operação, ajustada por fatores econômicos prospectivos específicos para os estados onde atua. A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2.8 Passivo financeiro:** (a) **Reconhecimento, classificação e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. (ii) Custo amortizado: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. (b) **Baixa (desreconhecimento) dos passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (c) **Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.9 Estoques:** Os estoques são compostos por peças e materiais para aplicação nas obras e são valorizados pelo método do custo médio. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.10 Contas correntes consorciadas:** A Companhia, juntamente com outras empresas, é participante de consórcios para prestação de serviços relacionados ao seu objeto social. Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados aos consórcios. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização. **2.11 Sociedades do grupo:** Os principais saldos mantidos com as Sociedades do grupo estão regidos por instrumento contratual "Contrato de Mútuo" e "contrato de conta corrente e gestão de caixa único", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor. A natureza das operações é de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter a incidência de encargos. **2.12 Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos. **2.13 Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo. **2.14 Investimentos em controladas e coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em controladas (sociedades nas quais a Companhia possui controle direto ou indireto da investidora) e coligadas (sociedades nas quais a Companhia tem influência significativa na administração) são, inicialmente, registrados pelo valor de custo e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas e coligadas são reconhecidas na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. No caso de variação cambial de investimentos em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento são apresentadas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, mensurados conforme descrito na Nota 2.2 e demonstrado na Nota 11 (b). Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades e classificadas no passivo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha ocorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. (a) **Reestruturação societária envolvente entidades sob controle comum:** Para as situações de reestruturações societárias em que o controlador final antes e depois da transação permanece o mesmo, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil, por entender que representa melhor a transação ocorrida e fornece uma informação de maior relevância. A política contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma participação societária entre entidades sob controle comum a entidade que recebe as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência na data da transferência. Para valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relativos à entidade controlada, cuja participação foi reestruturada, deverá manter-se no patrimônio líquido da Companhia, até o momento da efetiva realização da participação societária que enseja a perda de controle para o grupo econômico que a entidade pertence. **2.15 Imobilizado:** É composto, substancialmente, por móveis e utensílios e máquinas e equipamentos aplicados nos contratos de construção civil. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação

acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 12. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu a revisão da vida útil dos ativos e essa revisão não produziu efeitos nas demonstrações financeiras. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são mensurados pela comparação dos resultados da operação de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.16 Arrendamentos:** A Companhia, como arrendatária, avalia, no início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia, como arrendatária, aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para os de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece passivos de arrendamento para fazer pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes. (a) **Ativo de direito de uso:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento. (b) **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob as garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa sua taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é imediatamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos do arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (ou seja, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tal pagamento de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.17 Provisões:** As Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, conforme descrito na Nota 17. **2.18 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto sobre a renda, as quais abrangem o imposto sobre a renda devido pelas sucursais/subsidiárias no exterior e, no caso do Brasil, também a contribuição social sobre o lucro líquido, compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto é reconhecido, respectivamente, no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. No Brasil, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual que inclui o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), calculados com base no lucro tributável, sendo aplicada a alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceda R\$ 240 para IRPJ e 9% para CSLL e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real, quando existente. O lucro tributável reflete o lucro antes dos impostos ajustado por itens não tributáveis e não dedutíveis (itens temporários e permanentes). O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social, esta última no caso dos investimentos no Brasil, e os ajustes temporários decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, no Brasil, são de 25% para o imposto sobre a renda e de 9% para a contribuição social. As alíquotas nominais nos demais países variam de 21% a 32%. Impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes" de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - Income Taxes). Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente em cada país de atuação no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros dos países, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, se não for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **2.19 Benefícios a empregados:** (a) **Obrigações de aposentadoria:** A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial ("Novonor"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas às contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e às contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total atualizado das quotas dos participantes. Nos termos do regulamento do plano de

continua →